

**A PRECARIIDADE DA CAPACIDADE DE LEITURA COMO  
INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO SOCIAL: UM PROBLEMA  
DE GESTÃO.**

**por**

**Luciana Balbino da Silva Teixeira**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientador: Dra. Ana Cláudia Pavão Siluk**

**Palmas, TO, Brasil  
2009**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**A PRECARIEDADE DA CAPACIDADE DE LEITURA COMO  
INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO SOCIAL: UM PROBLEMA DE  
GESTÃO.**

elaborada por  
**Luciana Balbino da Silva Teixeira**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Ana Cláudia Pavão Siluk, Dra.**  
(Presidente/Orientador)

**Leandra Bôer Posa, Ms. (UFSM)**

**Soraia Napoleão Freitas, Dra. (UFSM)**

Palmas - TO, 15 de dezembro de 2009.

## RESUMO

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A PRECARIEDADE DA CAPACIDADE DE LEITURA COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO SOCIAL: UM PROBLEMA DE GESTÃO.**

AUTORA: LUCIANA BALBINO DA SILVA TEIXEIRA

ORIENTADOR: ANA CLÁUDIA PAVÃO SILUK

Data e Local da Defesa: Palmas – TO, 15 de dezembro de 2009.

Este estudo traduz uma reflexão sobre a realidade da precariedade da capacidade de leitura dentro do sistema educacional brasileiro e as conseqüências sociais desta ineficiência que se reflete num processo de exclusão social. Este trabalho busca demonstrar que este problema é produto de uma gestão descomprometida e omissa com a questão e que não consegue promover uma educação democrática e cidadã, que seleciona as oportunidades de acordo com o status social do indivíduo. A pesquisa foi desenvolvida utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica onde foram explorados textos que ratificassem a hipótese defendida pela autora. Ao final podemos perceber que vários são os estudiosos que comungam da mesma idéia, porém estes pensamentos ainda estão no campo do subjetivismo e práticas de gestão para transformar esta realidade ainda pairam no campo da teoria. O estudo propõe que novas pesquisas sejam realizadas a partir deste com um caráter de complementação e consolidação das afirmações contidas neste texto.

Palavras-chave: Precariedade da leitura. Exclusão social. Gestão democrática.

## **ABSTRACT**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A PRECARIEDADE DA CAPACIDADE DE LEITURA COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO SOCIAL: UM PROBLEMA DE GESTÃO.**

(The precariousness of capacity reading as a tool for social exclusion: a problem for management.)

AUTHOR: LUCIANA BALBINO DA SILVA TEIXEIRA

ADVISER: ANA CLÁUDIA PAVÃO SILUK

Data e Local da Defesa: Palmas - TO, 15 de dezembro de 2009.

This study represents a reflection on the reality of the precariousness of the ability to read in the Brazilian educational system and social consequences that this inefficiency is reflected in a process of social exclusion. This paper shows that this problem is the product of an uncompromised management and silent to the issue and not to promote a democratic and civic education, which selects the opportunities in accordance with the social status of the individual. The research was conducted by using a literature search in which texts were used to ratify the hypothesis advocated by the author. At the end we can see that many are the scholars, who share the same idea, but these thoughts are still in the field of subjectivism and management practices to transform this reality still hover in the field of theory. The study suggests that further research be carried out from this with a character to complement and consolidate the statements contained in this text.

Keywords: Uncertainty of reading. Social exclusion. Democratic management.

\*\*\*\*\*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	06
<b>1.1 Objetivos</b> .....	10
1.1.1 Objetivo Geral .....	10
1.1.2 Objetivos Específicos .....	11
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
<b>2.1 O Saber Ler</b> .....	12
<b>2.2 A Escola e sua função de formação social</b> .....	14
<b>2.3 Políticas de gestão educacional podem quebrar paradigmas</b> .....	20
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	24
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	26
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	29
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31

# 1 INTRODUÇÃO

Quando o homem percebeu a necessidade de viver em grupo, inúmeros foram os desafios impostos pela vida em comunidade, porém nenhum deles foi tão desafiador do que estabelecer uma forma de se comunicar.

Dentre as estratégias de comunicação, a escrita dividiu os períodos da evolução humana e desde o princípio, os detentores deste conhecimento possuíam um domínio de poder frente aos outros povos.

Gomes (2009, p. 3) diz que “a escrita causou uma revolução tão significativa nas comunicações, que os historiadores estabeleceram o encerramento da Pré-História e o nascimento da História no período em que o homem começou a escrever”.

Os primeiros registros da tentativa do homem em registrar através de símbolos instrumentos para uma comunicação ainda é recheada de dúvidas e contradições, porém Trindade (2009) cita os vestígios encontrados na Mesopotâmia a mais de 5500 anos como os primeiros indícios da escrita humana.

Enquanto isso Gomes, afirma que:

O fim da Pré-História ocorreu primeiramente no Oriente Próximo, com o surgimento da escrita ligado à evolução das primeiras civilizações urbanas, na região entre os rios Tigres e Eufrates, na Mesopotâmia, cerca de 40 séculos antes da Era Cristã (GOMES, 2009, p.3).

Desenvolver a habilidade de utilizar esta escrita como forma de dominação foi a partir daí o grande desafio para o homem. Organizar este conhecimento para melhorar a compreensão dos fatos e facilitar o seu cotidiano passou a ser uma necessidade imensurável.

A partir do desenvolvimento da escrita, passou-se também em caráter concomitante, ao desenvolvimento da habilidade de se ler aquilo que era escrito. Esta habilidade desde os primórdios, não era de domínio público, mas concentrado nas classes dominantes do grupo social, pois apenas os chefes de tribos eram responsáveis pelo controle de estoques dos alimentos ou o número dos rebanhos.

Trindade (2009) descreve que o domínio da leitura não era necessário às pessoas comuns, pois em suas tarefas rotineiras, estas pessoas não as utilizariam.

Esta divisão da sociedade em letrados e não letrados, realizada de maneira inocente e sem interesses mais consistentes em jogo iria ser responsável por uma

profunda divisão social no mundo, que hoje é tão evidente e vivenciamos dentro de nossa sociedade contemporânea.

Começamos pelo entendimento que o domínio da escrita e conseqüentemente da leitura, ao ser considerado como divisor de um processo histórico, promoveu uma divisão histórica completamente diferente dependendo do continente em questão, onde aqueles em que ultrapassaram os muros da pré-história primeiro seriam até os dias atuais os povos com maior dominação social, econômica e cultural frente àqueles que completaram esta evolução de maneira mais lenta e compassada.

Podemos observar que para as sociedades letradas o mundo ficou pequeno e houve a necessidade de expansão comercial o que as levou a desbravar os oceanos atrás de novas descobertas, característico do período das grandes navegações.

Gomes (2009) descreve que apenas pelo Século XV os povos das Américas, África Central e Austrália passaram a ter contato com uma sociedade que dominava a leitura que foram as civilizações européias que passaram a colonizar estas regiões.

O preço desta “descoberta” foi alto, pois a partir daí, a convivência entre esta sociedade letrada representada pelos europeus e as sociedades não letradas, representadas pelos povos das colônias foi uma convivência representada pelo caráter exploratório, uma relação onde quem estava na condição de dominante se perpetuaria nesta condição independente do período histórico dali pra frente.

Freire afirma que:

Os colonialistas diziam que somente eles tinham cultura. Diziam que antes de sua chegada na África nós não tínhamos história. Que a nossa história começou com a sua vinda. Estas afirmações são falsas e mentirosas. Eram afirmações necessárias à prática espoliadora que exerciam sobre nós. Para prolongar ao máximo a nossa exploração econômica, eles precisavam tentar destruir nossa identidade cultural, negando a nossa cultura, a nossa história. Todos os povos têm cultura, porque trabalham, porque transformam o mundo e, ao transformá-lo também se transformam (FREIRE, 1989, p.42).

No final da Idade Média, inúmeros questionamentos filosóficos e teológicos estimulados pelo surgimento das universidades e formação de intelectuais que confrontavam suas idéias com os pensamentos hegemônicos da época, capitaneados pela igreja, que era até o momento a donatária das leis e do saber, passaram a dominar o meio cultural e quebrar determinados paradigmas invioláveis até então.

Começava ali o surgimento de um novo momento histórico, a Idade Moderna, que iniciara com a Revolução Francesa e com ela se estabelecia mais ainda a idéia de burguesia e plebeus, onde a burguesia (de burgos que significava cidade) detentores do conhecimento, letrados, se sobressaía frente aos plebeus, que eram pessoas oriundas do campo, analfabetos e dependentes exclusivos do artesanato e agricultura familiar para sobreviver.

Cada vez mais, a relação de dominação estava consolidada entre os que detinham a capacidade da leitura e os que estavam à margem dela. Trindade descreve que:

No final do século XVIII ocorrem mudanças drásticas em nossa sociedade, a revolução industrial e seus avanços tecnológicos diminuem as pequenas oficinas e dão lugar a produtos fabricados em massa, acabando com a classe de artesãos e trabalhadores rurais e dando lugar a uma classe de operários, que eram explorados até o fim da vida (TRINDADE, 2009, p.2.)

Foi ainda no período da Revolução Industrial que se exacerbou a dominação de uma classe em detrimento de outra, seccionando a sociedade em dominantes e dominados, onde o capital passava a orientar os interesses e o poder das decisões.

No cume da pirâmide social estavam os donos do processo produtivo, os industriais, a classe econômica dominante que nada mais eram do que os provenientes da burguesia descritos no período histórico anterior e na base da pirâmide encontravam-se os operários, descendentes dos vassallos, oriundos das zonas rurais, analfabetos e alheios ao desenvolvimento cultural que se instalava na Europa no final do século XIX e início de século XX.

Trindade (2009) afirma que somente no final do século XIX é que se institui a obrigatoriedade da escolaridade e neste momento, o distanciamento das classes sofre mais um agravante, pois o acesso a esta escolaridade depende do nível econômico das famílias o que agrava ainda mais a situação. O mesmo autor completa que a partir deste momento, a necessidade por uma formação teórica passa a ser fundamental para o bom posicionamento social do indivíduo, pois até então o analfabetismo poderia ser substituído por um ofício profissional que garantisse uma boa condição financeira.

Daí em diante, a sociedade passou a considerar a alfabetização como processo fundamental para a entrada do indivíduo no meio social e a busca por uma aprendizagem da capacidade de ler e escrever começou a ser entendida como necessidade humana básica.

Trindade (2009) cita que nos dias de hoje, o não conhecimento da leitura e escrita é sinônimo de fracasso escolar e fator condicionante para o posicionamento social do indivíduo.

A leitura é condição básica para a ascensão social e o comprometimento da capacidade de ler e é vista como impedimento do crescimento social do ser humano.

Esta pesquisa defende a hipótese de que a precariedade da capacidade de leitura que impede o avanço social e retira do indivíduo a possibilidade de se libertar da dependência do estado para o exercício de sua cidadania é produto de um esquecimento da gestão educacional do país.

Desenvolver políticas que combatam esta mácula na educação brasileira é ação básica de gestão. Através de uma gestão educacional voltada para a alfabetização, para a valorização da leitura e da interpretação do que se ler, vontade política, conseguiríamos o desenvolvimento de estratégias que possibilitem a inserção destes alunos na sociedade globalizada e que pune violentamente quem não está preparado para nela adentrar.

Dentro deste pensamento, se buscou demonstrar também que as limitações da capacidade de leitura dos educandos, que os transformam em marginais da sociedade letrada, é principalmente uma seqüela da falta de políticas educacionais que priorizem o desenvolvimento cognitivo da leitura desde as séries iniciais.

A partir deste pensamento, fica entendido que o debate proposto nesta pesquisa se justifica pelo simples fato de se consolidar como um problema nacional, massificado de norte a sul deste continental país e que dependendo das barreiras geográficas e econômicas, das diferentes características regionais, assume um papel ainda mais cruel para o desenvolvimento social no Brasil.

E esta é a realidade percebida no Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales, uma escola da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins, localizado na cidade de Brasilândia, distante 230 quilômetros da capital Palmas, na região noroeste do estado, margeada pela BR 153 (Belém-Brasília) e que possui uma população de 2119 habitantes conforme o IBGE (2007).

A escola possui um corpo discente de 336 alunos distribuídos nas séries finais do ensino fundamental e ensino médio oriundos das zonas rural e urbana. Atende a um público bastante eclético, de diferentes segmentos da sociedade local e que possuem diferentes expectativas relacionadas com a aprendizagem adquirida no ambiente escolar.

Foi dentro deste cenário, depois de analisar o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das escolas do município onde resido, entre os anos de 2005 e 2007 que se percebeu que a escola, se não estiver atenta a sua função de dar aos cidadãos suporte para sua inclusão social, pode causar um dano irreparável na vida destes cidadãos, dificultando a inserção dos mesmos no mercado produtivo.

Ratificando este pensamento, Miranda (2008, p.18) diz que “a escola cumpre, com muitas lacunas e problemas, a sua função social, que consiste no processo de formação que instrumentaliza o sujeito para alcançar sua condição de cidadão”.

É fato também que o problema não será resolvido com ações isoladas, mas com o desenvolvimento de políticas de gestão voltadas para o aprimoramento da capacidade de leitura em todo o tempo de convívio do aluno dentro da escola, pois esta capacidade é estruturante para o crescimento intelectual do indivíduo.

Pretendemos com este estudo, demonstrar um problema que corrompe o sistema educacional brasileiro e que muitas vezes é subestimado pelas gestões e colabora para resultados pífios nas avaliações de resultados de nossos educandos, colocando nosso país em condições vexatórias nos rankings de qualidade de ensino.

Esta pesquisa utilizou o método bibliográfico, onde todas as citações feitas foram de autores que tenham, no transcorrer de seus estudos, explorados temas pertinentes à área e com conclusões similares ao pensamento defendido neste estudo.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo geral**

Consolidar a idéia de que a precariedade da capacidade de leitura como instrumento de exclusão social é um problema de gestão educacional.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Propor a idéia de que a baixa capacidade de leitura dos educandos das escolas brasileiras é acima de tudo um problema de gestão;
- Sensibilizar a sociedade para um debate sobre a importância da leitura na formação do ser humano;
- Tornar público a necessidade de se priorizar o ensino da leitura em todos os momentos de convívio na escola;
- Conceber a relação direta entre desenvolvimento da capacidade de leitura e facilidade de posicionamento social.

Desse modo, este estudo se apresenta em cinco capítulos. O primeiro trata da Introdução, na qual é feita a problematização e apresentam-se os objetivos da temática pesquisada. O segundo capítulo se subdivide em três eixos, que norteiam o referencial teórico que dá suporte à pesquisa, quais sejam: O Saber Ler, A Escola e sua função de formação social e Políticas de gestão educacional podem quebrar paradigmas. A metodologia é apresentada no terceiro capítulo. No quarto capítulo são apresentados os resultados e discussões sobre as hipóteses realizadas. No último capítulo são realizadas as considerações finais acerca do estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O Saber Ler

Quando debatemos um tema como a capacidade de leitura, nos desdobramos num assunto que é passivo de múltiplas interpretações, pois a capacidade de ler algo pode ser entendida em várias facetas.

Para Luft (2001), ler significa inteirar-se do conteúdo de um escrito ou decifrar o sentido contido num texto escrito. Ora, dentro destas afirmações podemos entender que não basta decifrar o código (escrita), mas compreender a mensagem contida neste código para que eu possa afirmar que o indivíduo sabe ler.

Aprofundando este discurso, podemos então perceber que não devemos separar, na capacidade de leitura, a decifração de códigos da interpretação de tais códigos lingüísticos. Filho (2001) cita que para a ONU – Organização das Nações Unidas, o iletrado ou analfabeto não é aquele que apenas não sabe ler nem escrever, mas aquele que não domina sua linguagem, seu idioma, não entende seus direitos e deveres na sociedade em que vive e assim não pode exercer sua cidadania.

Freire (1989) defendia a importância da compreensão crítica do ato de ler, que para ele não se esgota na decodificação pura da palavra escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo.

É preciso também entender a diferença entre ler e decodificar. Muitos jovens hoje sabem decodificar um texto, ou seja, determinar os símbolos grafológicos, as letras, mas não possuem a capacidade de interpretar o que se está lendo. Assim sendo, o processo de leitura fica fragmentado, de nada adianta eu decodificar as letras e até pronunciá-la se eu não possuo a capacidade de entender sua mensagem.

Ferreira e Dias destacam:

...a importância de se diferenciar o saber – ler e o saber – codificar, pois o acesso ao código por si só não garante o “mergulho” nas malhas de significado do texto e nem o desenvolvimento da capacidade de ver além do que é visível aos olhos (FERREIRA & DIAS, 2002, p.40).

Freire (1989) fala que jamais devemos separar o texto do contexto. Saber ler para ele passa pelo entendimento deste elo. Para ele, a leitura do mundo precede a leitura das palavras.

Desenvolver a capacidade da leitura tornou-se um desafio de extrema necessidade dentro do processo de formação humana básica, como afirma Silva:

A leitura passa a ser então, uma via de acesso à participação do homem nas sociedades letradas, na medida em que permite a entrada e a participação no mundo da escrita; a experiência dos produtos culturais que fazem parte desse mundo só é possível pela existência de leitores. Daí ser a escola uma instituição formal que objetiva facilitar a aprendizagem não só do falar e ouvir, mas principalmente de escrever e ler (SILVA, 2005, p.64).

Tomar consciência da necessidade de adquirir esta capacidade de leitura é o primeiro passo na busca de uma inserção social e pressuposto para o exercício de cidadania pelo indivíduo. Foucambert descreve:

...o acesso à escrita é o único meio de alcance da democracia e do poder individual, o qual ele define como “a capacidade de compreender por que as coisas são como são” e que não se confunde com os “poderes” permitidos ou facilitados pelo *status* social do indivíduo (FOUCAMBERT, 1994, p.123).

Esta tomada de consciência da importância da capacidade de leitura, inicialmente deve ser consolidada pelos pais, já que nos primeiros anos de convivência escolar, o indivíduo não possui um senso crítico desenvolvido para perceber o que é importante ou não para o decorrer de sua vida.

Não podemos esperar, portanto que uma criança de quatro anos de idade venha a ter uma postura de cobrança de sua professora sobre uma melhora de sua capacidade de decifrar determinado texto escrito e principalmente, esperar que esta mesma criança se incomode pelo fato de não compreender a lição que acabou de ler.

A percepção do vínculo necessário entre codificação e interpretação é um processo lento, que requer desenvolvimento e, sobretudo prática e que depende fundamentalmente do desenvolvimento cognitivo da criança.

Porém o sentimento de importância a ser dado para este desenvolvimento cognitivo das crianças nos primeiros anos de convivência escolar, no período denominado alfabetização, é o primeiro passo para que esta criança se torne um adulto capaz, que possa decidir seu futuro profissional e seu status social.

Freire (1989, p.13) entende o processo de alfabetização como “a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral. Esta montagem não pode ser feita pelo educador para ou sobre o alfabetizando”.

Torres fala que:

A satisfação desta necessidade fortalece as pessoas em suas capacidades e lhes confere a responsabilidade de respeitar e desenvolver sua herança cultural, lingüística e espiritual comum, promover a educação dos demais, defender a causa da justiça social, proteger o meio ambiente e ser tolerantes com os sistemas sociais, políticos e religiosos diferentes dos seus, zelando pelo respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos normalmente aceitos, e trabalhando pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente (TORRES, 2001, p.19)

O desenvolvimento da capacidade cognitiva do educando para lhe propiciar o domínio da leitura, como diz o Torres (2001, p.19) no parágrafo anterior o torna um cidadão parte de uma sociedade, pois lhe confere a possibilidade de vivenciar uma cultura, de entender o contexto em que está inserido e principalmente faz com que ele se perceba como parte do meio onde vive.

Num determinado momento de seu livro, Silva (2005, p.96) alerta também que “enquanto um projeto de busca de significados, a leitura deve ser geradora de novas experiências para o indivíduo”.

Dentro desta mesma discussão, não encontramos ninguém que pressuponha que o ato de ler pode ser preterido por algum indivíduo por livre e espontânea vontade e Silva (2005, p.96) pergunta: “será que nossas escolas propõem a leitura como processo ou como projeto?”.

O saber ler também significa uma expressão de independência, um processo de transformação onde etapas são superadas e um mundo novo se abre para os olhos. Não podemos conceber a idéia de liberdade sem o domínio da leitura. Não podemos considerar a capacidade de leitura como uma opção, mas como uma necessidade.

## **2.2 A Escola e sua função de formação social**

Um assunto recheado de polêmica é o verdadeiro papel da escola dentro de nossa sociedade. Entendemos a escola de várias maneiras, dependendo de nossas convicções culturais, condição sócio-econômica, região onde moramos, religião, etnia e até mesmo modelo de família ao qual pertencemos.

Silva (2005, p. 97) afirma que: “lembramos que as crianças nunca chegam à escola num estado de ignorância, mas podem chegar analfabetas. Elas talvez não saiam analfabetas, mas podem sair ignorantes...”.

No Brasil, a função da escola teve em seus primórdios o caráter de catequese religiosa realizada pelos jesuítas e que atendiam a um interesse definido pelo governo da época que era a difusão da religião católica, religião esta que era propagada pelos portugueses.

Ghiraldelli Jr. conta que:

Aos jesuítas coube, praticamente, o monopólio do ensino escolar no Brasil durante um tempo razoável. Algo em torno de duzentos anos. Durante este tempo, eles fundaram vários colégios com vistas à formação religiosa. Ainda que os filhos da elite da colônia não quisessem, todos eles, se tornar padres, tinham de se submeter a tal ensino. Eram os únicos colégios existentes (GHIRALDELLI JR, 2008, p. 25).

Podemos perceber claramente que desde o início, nossa escola já sofria para atender interesses ocultos da classe dominante que na época era o clero e que se utilizava de um processo tendencioso para direcionar a prática pedagógica para atender a seus objetivos pessoais.

Percebemos também que os interesses e expectativas dos educandos não eram levados em consideração para o planejamento da prática pedagógica, mesmo que o público que tinha acesso às escolas fossem, na época, somente os filhos dos fidalgos, classe nobre formada pelos portugueses que se instalaram no Brasil.

Seguindo o processo histórico, após o período colonial, apenas em 1808, o ensino passou por transformações mais profundas. Ghiraldelli Jr (2008, p.28) cita como exemplos desta transformação “o surgimento de cursos, tanto profissionalizantes em nível médio como em nível superior, bem como militares, foram criados para tornar o ambiente parecido com o que deveria ser a Côte”.

Mais uma vez percebemos que a premissa utilizada para a oferta destes cursos não foi a necessidade de crescimento intelectual da população e sim as necessidades da Côte imperial para se instalar no Brasil.

Em 1879, com a Reforma Leôncio de Carvalho, que estabeleceu a chamada liberdade do ensino primário e secundário nos municípios da Côte e a liberdade do ensino superior em todo o país, o sistema educacional brasileiro passou a ser regulado pela necessidade em dar subsídios para aprovação em rigorosos exames de apreciação de conhecimento. Este modelo, como explica Ghiraldelli Jr (2008), resumiu o ensino brasileiro de um projeto educacional a um sistema de exames que

permaneceu durante a Primeira República e deixou vestígios até os dias atuais – os vestibulares.

Durante o Regime Militar, a escola passou a ter como função primordial, o ensino de funções técnicas, de nível médio e com fim profissionalizante, baseando seus princípios na chamada Escola Tecnicista, que por sua vez traduzia os preceitos impostos pela escola Tradicional, fundamentada na transmissão de informações e clara definição de papéis entre educador e educando, onde um sempre aprendia e o outro sempre ensinava.

O grande passo em direção a uma escola democrática e universal veio com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB em 1996, aprovada pela Lei nº 9.394 que mesmo com seus avanços ainda gera questionamento até hoje sobre a possibilidade de que poderia ter representado uma democratização do processo de maneira mais eficaz do que trouxe.

Ghiraldelli Jr. (2008) fala que “a LDB não foi uma derrota para os objetivos de uma boa educação no Brasil. É claro que, em alguns pontos, poderia haver mais ganhos para a democratização do ensino”.

Esta tão celebrada democratização do ensino no Brasil poderia perfeitamente ser representada por uma unanimidade de pensamento sobre o real papel da escola neste país. Trabalhar com projetos políticos pedagógicos similares, regras únicas e claras que abrangessem as escolas públicas e privadas e que independentemente da origem do educando, ele pudesse competir em igualdade de condições frente aos instrumentos de entrada no ensino superior.

Neste momento, nos deparamos com um antagonismo que se caracteriza pelo fato de que as melhores escolas nos níveis primário e secundário, em se tratando de resultados de aprovação nos vestibulares, são as de natureza privada e as melhores escolas de nível superior que por sua vez são as mais concorridas são as de natureza pública.

O resultado disso é que os aprovados nos cursos superiores mais concorridos, geralmente pertencentes a instituições públicas, são oriundos das escolas privadas que estabelecem mirabolantes estratégias para que este educando aprenda a passar nestas provas, mesmo que não exista necessariamente uma preocupação com o seu desenvolvimento do conhecimento holístico e humano.

Dentro desta lógica, percebemos que os cursos de nível superior mais concorridos nas instituições públicas são freqüentados quase que basicamente por

egressos das classes econômicas mais altas, que tiveram acesso as escolas preparatórias mais eficientes e que a concorrência é feita em condições totalmente desiguais em relação aos oriundos das escolas secundaristas públicas que não seguem a mesma proposta pedagógica.

Pensemos então neste contexto, quando o sistema educacional brasileiro permite que existam propostas pedagógicas distintas entre as escolas públicas e privadas, sendo que ambas partem do pressuposto de preparar o educando para a sua inserção social através da colocação profissional e sabemos que esta colocação profissional depende do “famigerado” vestibular.

Isto significa o predomínio dos interesses elitistas em detrimento ao interesse das massas populares, como dizia Freire:

Do ponto de vista autoritariamente elitista, por isso mesmo reacionário, há uma incapacidade quase natural do povão. Incapaz de pensar certo, de abstrair, de conhecer, de criar, eternamente “de menor”, permanentemente exposto as idéias chamadas exóticas, o povão precisa de ser “defendido”. A sabedoria popular não existe, as manifestações autênticas da cultura do povo não existem, a memória de suas lutas precisa ser esquecida, ou aquelas lutas contadas de maneira diferente; a “proverbial incultura” do povão não permite que ele participe ativamente da reinvenção constante de sua sociedade. Os que pensam assim e agem assim, defendem uma estranha democracia, que será tão mais “pura” e perfeita, segundo eles, quanto menos povo nela participe. “Elitizar” os grupos populares com o desrespeito, obviamente, de sua linguagem e de sua visão de mundo, seria o sonho jamais, me parece, a ser logrado dos que põem nesta perspectiva (FREIRE, 1989, p. 20).

Com toda esta discussão, a função da escola em posicionar os indivíduos dentro da sociedade em que vivem através da construção do saber, saber este que será utilizado para sua ascensão social, dentro do mundo capitalista irá sempre atender aos interesses das classes dominantes na busca incessante da manutenção do *status cor*, onde os ricos continuarão sendo ricos e os pobres continuarão sendo pobres.

A realidade hoje é que uma pequena minoria possui o direito de ter opção em relação à graduação que quer seguir e aos demais devem contentar-se com as vagas que restam e não foram priorizadas pela minoria privilegiada.

Evidenciamos que a escola privada preocupa-se em aprovar seus educandos nos cursos de elite porque seu público são os filhos das elites e que exigem que eles constituam a elite do futuro.

Enquanto isso, à escola pública resta educar, em tese, aos educandos provenientes das classes que em razão de sua condição sócio-econômica, tornam-se excluídos das escolas privadas.

Mas este abismo que distancia o ensino privado do público dentro do ensino médio brasileiro mascara um problema infinitamente maior que é a precariedade no papel da escola de alfabetizar o indivíduo, entendendo que ensinar a ler é a base para todo e qualquer processo de educação humana.

Ferreira & Dias declara que:

Percebe-se, então, na proposta de alfabetização imposta à escola e à sociedade desde o século XIX, que são evitadas relações mais elaboradas entre o sujeito-leitor e a escrita, fazendo-se desta um privilégio social de poucos, que se tornam *leitores* em contraposição aos *decifradores*, que são vistos como os mal-sucedidos e academicamente fracassados (FERREIRA & DIAS, 2002, p.40).

A escola não pode se eximir de sua missão de ofertar aos seus educandos, a possibilidade destes desenvolverem seu hábito de ler e perceberem o meio em que estão inseridos.

Não podemos menosprezar ainda o papel da família dentro desta missão, pois a criança em idade de ser alfabetizada tem na escola e na família os maiores cenários de sua vida e os momentos de convivência familiar devem ser aproveitados para este fim. Ferreira & Dias (2002) lembra da importância dos pais de lerem aos seus filhos para que estes possam se inserir no mundo da leitura e da escrita.

Devemos debater a exaustão a importância do processo de alfabetização como instrumento de fortalecimento de bases para a construção do conhecimento futuro, entendendo que o ato de alfabetizar é o ato precursor de politizar e socializar o indivíduo.

Como declara Silva (2005, p.96) “a leitura deve ser colocada como um instrumento de participação e renovação cultural”. E dentro desta reflexão, faço meu o seu questionamento quando pergunta Silva (2005, p.96): “Será que as escolas possibilitam a reflexão e a tomada de posição, despertada pelo ato de ler?”.

Não podemos pressupor que para atender determinados interesses, seja posto limites ao ato de alfabetizar, ou mesmo que este ato seja feito sem parâmetros de avaliação de sua qualidade, pois caso isso aconteça, as conseqüências sociais e econômicas são terríveis.

Uma política educacional que se baseie na qualidade, quer seja da escola privada ou pública é no mínimo uma questão de justiça social, de humanidade e coerência dentro de um país democrático.

Infelizmente, porém, a escola que educa as classes menos favorecidas se fundamenta e reproduz a ideologia das classes dominantes, transmitindo ao seu público a idéia do conformismo e de que esta desproporção nos resultados de aprovação nos vestibulares entre os oriundos das escolas privadas e os oriundos das escolas públicas é um acontecimento natural.

A estrutura social e o modo de produção capitalista corrompem o sistema educacional, viciando suas regras e ao mesmo tempo em que condiciona a função social da escola, se isenta de qualquer responsabilidade neste sentido, deixando ao acaso esta realidade.

Inúmeras são as formas utilizadas para corromper este sistema educacional como falta de investimento na educação; políticas questionáveis de aprovação em massa; projetos de aceleração serial que se baseiam em faixa etária e não em níveis de conhecimento estão entre estas estratégias utilizadas.

Miranda (2008, p. 19) fala que “para justificar as diferenças de aprendizagem, a escola utiliza os problemas familiares, o nível socioeconômico e de escolaridade dos pais como justificativas para suas falhas, se isentando de sua responsabilidade”.

Partindo para o contexto filosófico, a escola funciona como um AIE – Aparelho Ideológico do Estado, entidades que são utilizadas para a inflexibilização entre as classes sociais, dificultando a ascensão de uma classe mais baixa para sua superior através da consolidação da ideologia destas classes dominantes.

Gadotti afirma que:

Seja qual for a perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma *educação voltada para o futuro* será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a *transformação social* do que para a *transmissão cultural* (GADOTTI, 2000, p.7).

Imaginar, portanto uma escola livre, sem sofrer interferência política de nenhum setor ou classe social ainda é para nós um pensamento utópico, mas talvez o primeiro passo para a quebra definitiva deste paradigma seja não negar este fato, ao contrário do princípio cômodo de negação, enfrentar esta realidade e através de ações coletivas trabalhar sua transformação.

### 2.3 Políticas de gestão educacional podem quebrar paradigmas

Para enfrentar esta deficiência da função social da escola debatida até o presente momento, cabe a todos os atores envolvidos a abertura do debate sobre possíveis estratégias para a mudança da realidade atual.

Poderemos começar este debate, elencando possíveis fatores que geram estas conseqüências, ou seja, onde estaria se originando esta deficiência. Em que momento a escola está pecando no preparo do educando para o exercício de seu papel social?

E como resposta para esta pergunta, pense no óbvio: a escola peca desde o início, na construção de saberes que serão utilizados para alicerçar outros conhecimentos mais específicos e direcionados. A escola peca fundamentalmente na alfabetização.

No mundo, desde muito tempo que a preocupação com a qualidade da educação é tema de debates e conferências com o objetivo de se chegar a um consenso sobre quais estratégias devem ser colocadas a serviço para melhorar o quadro que se apresenta.

Torres fala:

em março de 1990, em Jomtien, na Tailândia, foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para Todos com a participação de governos, agências internacionais, ONGs, associações profissionais e personalidades de destaque no âmbito educativo vindos do mundo inteiro com o propósito de assinarem uma Declaração Mundial e um Marco de Ação, comprometendo-se a garantir uma “educação básica de qualidade” para crianças, jovens e adultos (TORRES, 2001, p.07).

Podemos facilmente perceber que no Brasil, mensurar qualidade da capacidade de leitura de sua população não é prática, o assunto não gera interesse para estudiosos e governantes, como diz Silva:

A falta de pesquisas educacionais brasileiras voltadas à problemática da leitura deixam muito a desejar – quantitativamente falando, existe escassez de investigações; qualitativamente falando, com raras exceções, existem levantamentos superficiais, constatando o óbvio, ou seja, que são poucos os leitores deste país. Assim por falta de dados teóricos e empíricos mais iluminadores, perde-se ou esvai-se a possibilidade de uma pedagogia mais eficiente para a leitura realizada nas escolas (SILVA, 2005, p.49).

Comparado com outros países, o Brasil não possui destaque em relação ao desenvolvimento de políticas de gestão para o desenvolvimento da capacidade de leitura. Pereira *et al* afirma que:

Em 2003, o Brasil obteve desempenho insatisfatório em duas grandes pesquisas: uma de âmbito nacional - Instituto Paulo Montenegro - divulgou que 72% dos jovens são analfabetos funcionais, ou seja, não sabem ler e escrever. Em outra pesquisa, internacional, o PISA - Programa Internacional para Avaliação de Estudantes, o país ocupou o 37º lugar em letramento de leitura (PEREIRA *et al*, 2004, p.01).

Muitas vezes por menosprezar a importância do desenvolvimento da capacidade de leitura, a escola compromete todo o processo de formação daquele aluno. Ferreira & Dias (2002, p.40) afirma que “o acesso ao aprendizado da leitura apresenta-se como um dos múltiplos desafios da escola e, talvez, como o mais valorizado e exigido pela sociedade”.

Reconhecendo este fato, vamos caminhar com esta discussão, elegendo a melhoria da qualidade na capacidade de leitura como prioridade dentro do processo de melhorar a qualidade do sistema educacional brasileiro.

A partir do momento que se fala em definir prioridade, inicia-se então um planejamento de gestão, e daqui em diante, vamos trabalhar com a idéia de que somente uma gestão educacional comprometida com esta causa, influenciada pela vontade política do “querer fazer” e sensibilizada para a importância desta causa pode transformar esta realidade.

Lück descreve gestão educacional como sendo:

Um processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados). (LÜCK, 2006, p.36)

Devemos entender gestão como um processo muito mais complexo e funcional do que administração. Lück (2006, p. 34) explica que “a gestão aparece, pois, como superação das limitações do conceito de administração, como resultado de uma mudança de paradigma, isto é, de visão de mundo e óptica com que se percebe e reage em relação à realidade”.

Seja qual for a solução encontrada, passaremos por uma mudança de práticas, rupturas com determinadas rotinas corrompidas pelo pragmatismo e acomodação e certamente sofreremos com todo este processo, pois é sabido que não se quebra paradigmas sem lágrimas nem suor.

Esperada estas dificuldades, novamente debruçamos nossas esperanças em uma gestão educacional comprometida e persistente para o sucesso da investida, uma gestão que traduza um interesse político de dar qualidade ao ensino da leitura no Brasil e, sobretudo, uma gestão pensada não com receio pelas classes dominantes, mas como fortalecimento de uma sociedade que busca sua consolidação e evolução cultural.

Porém, Lück afirma que:

Somente através de uma gestão educacional é que se permite superar a limitação da fragmentação e da descontextualização e construir, pela óptica abrangente e interativa, a visão e orientação de conjunto, a partir da qual se desenvolvem ações articuladas e mais consistentes. Necessariamente, portanto, constitui ação conjunta de trabalho participativo em equipe (LÜCK, 2006, p.42).

Alguns exemplos de ações de gestão para combater o problema da precariedade da capacidade de leitura já estão sendo tomadas, como as citadas por Pereira *et al* (2004, p.01): “PNLD – Programa Nacional do Livro Didático através dos módulos literários, o PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola, campanhas como "Tempo de Leitura" e "Literatura em Minha Casa", entre outras”.

Mas estas ações ainda são isoladas, não alcançam profundidade e abrangência necessária para uma mudança de postura dentro dos ambientes escolares de forma geral. Mesmo que possuem sua importância, ainda não são suficientes para esta quebra de paradigma proposta.

Pereira *et al* afirma que:

Estas iniciativas mostram algo em comum: a utilização de textos literários e a proposta para o uso de diversos tipos de textos nas ações voltadas para leitura. Estas iniciativas mostram algo em comum: a utilização de textos literários e a proposta do uso de diversos tipos de textos nas ações voltadas para o ensino da leitura. No entanto, nota-se que as instituições não estão sabendo fazer uso da literatura como objeto para o ensino da leitura, ao contrário do Canadá e Estados Unidos, que propõem, neste sentido, um *Programa de leitura baseado na literatura (Literature based-reading program)*, no qual este projeto *coloca* em prática (PEREIRA *et al*, 2004, p.01).

As políticas de gestão educacional voltadas para a resolução deste problema devem entender o problema como um processo e não como produto de posturas isoladas. Devem incluir ações mais expansivas e complexas como uma reformulação na formação dos docentes até ações mais pontuais e direcionadas como a criação de bibliotecas públicas municipais.

Os processos de reforma educacional para a efetivação de um sistema imparcial e justo devem ser consequência de uma concepção social, sem distinções

de direitos e deveres entre as classes sociais e onde a sociedade seja imparcial na tomada de decisões e na construção dos instrumentos que a construa. A quebra do paradigma para uma educação universal de qualidade é um desafio dos mais difíceis, pois como diz Torres:

Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todos requer mais que um compromisso renovado com a educação básica tal e qual ela existe hoje em dia. Necessita-se de uma visão “ampliada”, que vá além dos níveis atuais de recursos, das estruturas institucionais, dos currículos e sistemas convencionais de oferta, e que se apóie, ao mesmo tempo, nas melhores práticas vigentes. Novas possibilidades abrem-se hoje, graças à convergência entre o aumento da informação e a capacidade sem precedentes de comunicação. Devemos aproveitar tais possibilidades com criatividade e determinação, para conseguirmos uma maior eficácia (TORRES, 2001, p.82 e 83).

Reconhecendo estas barreiras é que a gestão toma uma importância ainda mais convergente para a melhoria da qualidade da educação de um povo, lembrando que partimos do princípio que vivemos em uma sociedade democrática, onde as prioridades das gestões devem respeitar os preceitos democráticos, principalmente o ponto da democracia que se refere a garantia dos direitos das maiorias.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo possuiu uma natureza exploratória, que Gil (2007, p.41) descreve como sendo “aquele estudo que possui como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

Gil (2007, p.41) complementa afirmando que “o principal objetivo da pesquisa exploratória é o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”.

Neste caso, o problema identificado e, por conseguinte, explorado e discutido foi a precariedade da capacidade de leitura dentro do ensino brasileiro e a afirmativa que esta precariedade compromete o processo de inclusão social dos indivíduos a partir de seu posicionamento social futuro.

A hipótese defendida dentro deste estudo é que esta precariedade que compromete a inclusão social e distorce a função social da escola é acima de tudo consequência de uma gestão educacional brasileira que despreza o assunto e que apenas com instrumentos de gestão comprometidos com o problema, ou seja, com a precariedade da capacidade de leitura, é que poderemos transformar esta realidade.

O delineamento utilizado foi a pesquisa bibliográfica como forma de organização, onde Gil (2007, p.44) descreve como sendo “uma pesquisa desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Gil (2007) enumera várias vantagens deste tipo de estudo como o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente, principalmente dentro do tema explorado neste estudo que se encontra extremamente totalmente dispersa dentro do espaço, ou seja, realidades similares distribuída em todo território nacional.

Dentro da execução metodológica, esta pesquisa procedeu às etapas sugeridas por Gil (2007): escolha do tema; levantamento bibliográfico preliminar; formulação do problema; elaboração do plano provisório de assunto; busca das fontes; leitura do material; fichamento; organização lógica do assunto e redação do texto.

O estudo utilizou exclusivamente dados secundários em razão de todas as informações contidas em seu teor configuram opiniões ou conclusões de algum autor dentro das fontes pesquisadas e descritas nas referências.

Não podemos esquecer que a escolha das fontes precedeu uma leitura que sempre buscou uma interação dos textos com o problema central em foco e que em nenhum momento foi censurado complementações e interpelações próprias da autora.

O estudo se concentrou na realidade do Brasil, muito embora tenha realizado inúmeros estudos comparativos com outras realidades externas como países da América do Norte e Central. Dentro desta realidade brasileira, devemos entender que ele teve o interesse de demonstrar que não há tantas distorções regionais quando o assunto é capacidade de leitura e que, infelizmente, o parâmetro que “nivela” esta avaliação é um desenvolvimento precário desta capacidade.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando temos a oportunidade de discutir um assunto que gere contradições nas interpretações e acima de tudo, transmita a idéia de polemizar a realidade que nos acostumamos, podemos enfrentar inúmeras dificuldades em nossas aspirações.

Sabendo que este assunto seja de abrangência universal como a educação, a capilaridade da discussão torna-se ainda maior e mais importante. E este trabalho buscou exatamente, dentro desta grande capilaridade de informações e realidades, questionar um problema que assola nosso projeto educacional e confrontar com a idéia estática de que tudo está bom.

Romper a barreira do comodismo e ampliar o espectro de visão, de se enxergar não apenas o que os outros querem que enxerguemos, mas o que devemos enxergar é sem dúvida um dos grandes desafios de evolução cultural do ser humano.

Todas as leituras realizadas e algumas até descritas na íntegra no decorrer deste estudo evidenciam as mesmas necessidades para que possamos ter uma educação que não faça distinção entre pobres e ricos, entre negros e brancos, entre oriundos da região nordeste ou sudeste, e estas necessidades nascem de um sistema educacional comprometido com a alfabetização e com o desenvolvimento do senso crítico do educando.

Reduzindo este amplo debate para o tema proposto, tivemos a oportunidade de identificar que a importância da capacidade de leitura para o desenvolvimento intelectual do indivíduo é cantada de verso em prosa entre vários estudiosos e que o aperfeiçoamento desta capacidade deve se constituir uma prioridade dentro de um sistema educacional que tenha compromisso com o exercício de cidadania da sociedade em que está inserido.

E a importância do saber ler para o crescimento e futuro posicionamento social do indivíduo demonstra-se evidente partindo do princípio que nossa sociedade forma seus níveis sociais através de instrumentos de seleção onde o que mais tem relevância são conhecimentos teóricos lineares, na maioria das vezes adquiridos por processos de transferências e acúmulos de informações, sem compromisso com a formação holística do educando.

Desta maneira, o “estar preparado” vale mais do que o “ser formado” e a educação bancária descrita por Freire (2008, p.65) como sendo aquela em que “a tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação”.

Todos nós sabemos o quanto nosso sistema educacional ainda prioriza a educação bancária e que é difícil de imaginar um aluno produto desta educação bancária sem o conhecimento elementar de leitura para que possa se situar neste ambiente. É como um caçador na mata sem, pelo menos, um estilingue para usar como arma em suas caçadas.

Toda esta situação já seria preocupante se esta fosse a única regra do jogo, mas ainda como fator complicador, tem o agravante de possuímos regras distintas dentro do que seria um único sistema educacional.

Dentro da fronteira privada deste sistema educacional, o educando deve ser preparado para o vestibular, o ser humano pode ficar para depois. O acúmulo de conhecimentos para a necessidade de aprovação em uma prova, que mede muito mais habilidades do que competências norteiam este modelo e sua meta é a inclusão dos seus produtos – os educandos – no maior número possível de vagas dos cursos mais valorizados dentro da sociedade, valorização esta, baseada exclusivamente no viés econômico e neoliberal.

Do outro lado temos a fronteira pública do sistema educacional, caracterizado por métodos de aprovação automática e questionável e formulado para atender aos interesses das elites, onde os seus produtos – seus educandos – por serem em tese oriundos das classes menos favorecidas, não devem ser preparados em igualdade de condições para não oferecerem resistências dentro da disputa das vagas dos cursos mais valorizados com os alunos da escola privada e filhos das classes dominantes.

Por toda esta razão, questionamos mais do que nunca o papel social da escola, a razão de existir uma distinção tão grande das regras do jogo entre os sistemas público e privado, se o instrumento de posicionamento social sempre possui uma única forma de operacionalização – o vestibular.

Deixando claro que não considero o vestibular a maneira mais justa de medir competência para a ocupação de vagas que irão formar a distribuição das classes sociais do futuro em razão dele não possuir nenhum compromisso com a formação

cultural do indivíduo, mas com a perpetuação da estagnação social, onde os filhos dos ricos serão os ricos do futuro e os filhos dos pobres, salvo em raríssimas exceções serão os pobres do futuro, preservando as grandes desigualdades sociais deste país.

E toda esta contradição tem sua origem na inserção da criança no ambiente escolar, no processo de conhecimento das letras e desenvolvimento cognitivo do ato de ler. Aquela criança que não possuir acesso a esta estimulação de sua capacidade de leitura terá que enfrentar muitos percalços e contrariar a lógica para galgar um lugar ao sol.

Como também podemos acompanhar inúmeras são as estratégias para mudar esta realidade e quebrar o paradigma caracterizado pelo fato da estrutura escolar sempre atender a interesses escusos e atender ao objetivo de manter uma sociedade estátil, sem mobilidade social, onde a separação entre dominantes e dominados fosse nítida e que os dominados aceitassem a situação de dominados como circunstância do destino ou vontade divina.

Sobrepunhando outras estratégias, uma gestão educacional comprometida com a causa é, na visão de um grande número de estudiosos, a forma mais eficaz de se atacar o problema, uma gestão que se baseasse na reformulação do sistema educacional brasileiro, com regras únicas e voltadas para o crescimento cultural do indivíduo, com a reformulação da maneira de inserção no ensino superior e com a diminuição do distanciamento cultural entre as classes sociais neste país.

Diante do exposto, mais do que nunca, podemos afirmar que esta falta de identidade do sistema educacional brasileiro é fruto de uma construção histórica fragilizada, onde interesses externos e econômicos sempre comandaram os processos de tomadas de decisões e onde o costume de se copiar modelos educacionais de países de realidades completamente distintas com o desafio de darem certo no Brasil foi a dinâmica dos planejamentos das épocas passadas que perpetuaram até a última década.

Uma gestão educacional que representasse uma política de governo comprometida com uma educação democrática e de qualidade deu seus primeiros passos em 1996 com a Lei 9394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Porém, mesmo esta Lei ainda não contempla as necessidades que o sistema educacional brasileiro exige para formar cidadãos que tenham autonomia de decisão quanto a seu futuro profissional e principalmente econômico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao ponto de síntese das idéias que foram desenvolvidas e debatidas durante todo este trabalho. Procuramos desenvolver uma análise da realidade que confirmasse a hipótese gerada pelo problema da precariedade da capacidade de leitura como conseqüência do esquecimento pela gestão do sistema educacional brasileiro desta matriz de construção de qualquer conhecimento.

A hipótese de que a exclusão social ocasionada pela precariedade do desenvolvimento da capacidade de leitura, que subtrai do indivíduo o direito de possuir uma verdadeira e completa visão da realidade em que vive, chega ao final do trabalho sem uma negação e sem uma consolidação unânime, pois mesmo confirmada por todos os estudiosos, ninguém faz nada para mudar a triste realidade encontrada.

Como se trata de uma pesquisa bibliográfica, não foram realizados procedimentos do tipo: coleta de dados primários e sucessivamente análise e interpretação destes dados.

Na introdução foi realizado um resgate histórico sobre os interesses que impulsionavam as decisões dentro dos ambientes escolares e também os procedimentos de gestão utilizados para o planejamento da prática pedagógica desde o período colonial brasileiro até os dias atuais.

O referencial teórico foi elaborado utilizando ainda de partes textuais dos livros e artigos lidos associados com partes complementares da própria autora.

Dentro do capítulo de resultados e discussões, todo o seu teor foi fruto de interpretação das leituras realizadas e reflexões pertinentes ao tema. As idéias contidas neste capítulo são de autoria e responsabilidade da autora.

Trabalhar com a perspectiva de gestão educacional comprometida e que almeje a qualidade como resultado de um processo de transformação, é priorizar o ensino da leitura a todos os indivíduos, independente de classe social e garantir que o ato de ler seja visto como uma necessidade, um pressuposto de justiça social e uma consolidação democrática.

Este estudo enfrenta várias polêmicas, quando alerta para um grande entrave da educação brasileira, sem o caráter de denunciamento, mas com o compromisso ético de demonstrar onde residem as lacunas. Lacunas estas que são

facilmente percebidas quando analisamos conseqüências de um fracasso, mas de difícil análise quando o objeto são as causas deste fracasso.

Como sugestão fica que o primeiro passo para transformar qualquer realidade é aceitar que ela está necessitando ser mudada. Negar um fato em nada ajuda para que ele deixe de existir.

Um segundo passo é a autocrítica necessária a todos os atores envolvidos no processo de formação humana, em que pese o seu papel de ofertar a um indivíduo todos os subsídios necessários para sua inserção social. Neste ponto cabe a pergunta, estou fazendo tudo que posso?

Em seguida devemos lançar um olhar para a que interesses a escola que faço parte como educador está atendendo. Pensemos na razão de que na maioria das vezes sou professor de escola pública e meu filho estuda na escola particular, ratificando que não acredito na gestão educacional em que estou inserido.

Além disso, este estudo propõe a intervenção da gestão como solução para o problema, ou seja, o desenvolvimento de uma gestão que simbolize uma política de governo voltada para a garantia de uma escola democrática, que subsidie a sociedade com conhecimento e que desenvolva o senso crítico de seus cidadãos.

Dentro deste pensamento, esperamos que este estudo dê origem a muitos outros que o complemente e o aprofunde. Que ouse se unir a este na luta pela garantia do direito de se desenvolver a competência da leitura e que este direito em nada deve ser confundido com a habilidade de decodificar símbolos.

Deixamos sugestões para a transformação da realidade encontrada e descrita no decorrer do trabalho e também questionamentos para a estimulação de outros estudos similares que aprofundem a discussão e que se tornem complementares a este.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, S. P. A; DIAS, M.G.B.B. A Escola e o ensino da leitura. **Psicologia em estudo**, v.07, n.1, p.39-49, 2002.

FILHO, José Teixeira. **Sobre saber ler na sociedade do conhecimento**. In: Insight Informal, São Paulo: FGV, 2001. Disponível em: <http://www.googleacademico.com.br/>>. Acesso em: 25 mai. 2009.

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em perspectiva**, v.14, n.02, p.03-11, 2000.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Eduardo de Castro. **A escrita na história da humanidade**. In: dialógica.ufam.edu.br, Manaus: UFAM, 2009. Disponível em: <http://www.googleacademico.com.br/>>. Acesso em: 23 mai. 2009.

IBGE. **Censo dos Municípios**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 mai. 2009.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. 20.ed. São Paulo: Ática, 2001.

MIRANDA, Maria Irene. **Problema de aprendizagem na alfabetização e intervenção escolar**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, A. C; OLIVEIRA, G. C; SOUZA, R. J. **Leitura e Literatura: formando leitores críticos e reflexivos**. São Paulo: UNESP, 2004. Disponível em: <http://www.googleacademico.com.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2009.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O Ato de Ler**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TORRES, Rosa Maria. **Educação para todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TRINDADE, Ana Paula Pires. **O processo histórico da escrita e sua importância na formação do sujeito**. In: planetaeducacao.com.br. [ S.l ] : AODAE Ocidental, 2009. Disponível em: <http://www.googleacademico.com.br/>>. Acesso em: 23 mai. 2009.